



Artigo de opinião

Hugo Santos Mantas
Advogado, RL

O nivelamento por baixo: A compressão salarial e o risco de empobrecimento da classe média em Portugal

A valorização do Salário Mínimo Nacional (SMN) tem sido um dos eixos centrais das políticas socioeconómicas em Portugal.

No entanto, quando desligada de ganhos estruturais de produtividade, a subida contínua e acelerada do salário mínimo gera um fenómeno colateral severo: a **compressão salarial**.

Ao aproximar-se aceleradamente do salário mediano, o patamar mínimo deixa de ser uma rede de segurança para se transformar no padrão da esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses, asfixiando a classe média e desvalorizando as qualificações.

Economicamente, o impacto do salário mínimo na distribuição geral dos rendimentos é frequentemente medido através do **Índice de Kaitz** (o rácio entre o salário mínimo e o salário mediano de um país). Segundo o relatório anual do *Eurofound (Minimum Wages in 2025: Annual Review)*, Portugal destaca-se historicamente na União Europeia por apresentar um Índice de Kaitz invulgarmente elevado, situando-se frequentemente acima do limiar crítico de 60%.

Esta dinâmica foi profundamente escalpelizada num estudo recente publicado pelo investigador João Monteiro (2026), intitulado "*Minimum Wage and Collective Bargaining Dynamics in Portugal*".

O autor demonstra o chamado "**bite effect**" (o efeito de atrito ou mordedura) do salário mínimo: a trajetória ascendente do SMN superou sistematicamente o crescimento do salário médio e mediano no setor privado, resultando num aumento massivo da proporção de trabalhadores que auferem exatamente a retribuição mínima. O estudo aponta ainda que os efeitos de arrastamento (*spillover effects*) para os escalões imediatamente superiores têm sido severamente limitados pela fragilidade da contratação coletiva, estagnando as remunerações intermédias.

Os dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística (INE) e os relatórios de análise do Banco de Portugal sustentam empiricamente esta tese.

De acordo com o *Boletim Económico* do Banco de Portugal (março de 2023 e atualizações subsequentes), a distribuição salarial no setor privado sofreu uma transformação estrutural assimétrica:

- O salário real do percentil 10 (os 10% que ganham menos) registou um crescimento médio anual significativamente superior ao do percentil 90 (os 10% que ganham mais).
- Esta assimetria traduziu-se numa **maior compressão salarial**, reduzindo drasticamente a amplitude do leque remuneratório do país.

Indicador de Distribuição (Trabalhadores por Conta de Outrem)	Impacto da Trajetória Recente	Consequência Socioeconómica
Percentil 10 (Base da Distribuição)	Crescimento real acelerado por via legislativa.	Redução nominal da pobreza laboral imediata.
Percentil 50 (Salário Mediano)	Crescimento lento, muito próximo da taxa de inflação.	Proximidade perigosa face ao salário mínimo.
Percentil 90 (Quadros Qualificados)	Estagnação em termos reais ou crescimento marginal.	Perda de poder de compra relativo e fuga de talentos.

A consequência prática deste achatamento é que a distância entre quem não tem qualificações e quem investiu anos no ensino superior ou em formação técnica especializada encolheu para valores historicamente residuais. O salário mediano (aquele que divide a população exatamente ao meio) está cada vez mais encurralado pela subida do salário mínimo.

A **SEDES** (Associação para o Desenvolvimento Económico e Social) tem alertado consistentemente, através dos seus pareceres e dos contributos públicos liderados por economistas e pelo seu presidente Álvaro Beleza, para o perigo de transformar Portugal num "país de salários mínimos".

A associação defende que o verdadeiro combate ao empobrecimento não se faz por decreto administrativo na base, mas sim através da **criação de riqueza, capitalização das empresas e aumento da produtividade aparente do trabalho**.

Para a SEDES, a subida do SMN sem um correspondente crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita funciona como uma ilusão nominal: os custos operacionais das empresas aumentam, a margem para premiar o mérito e a especialização desaparece, e a inflação interna acaba por devorar o poder de compra ganho na base, empobrecendo a

classe média que suporta a maior carga fiscal (IRS).

Esta visão é complementada pelas conclusões do estudo seminal desenvolvido pelo economista e professor Pedro Martins para a Fundação Calouste Gulbenkian ("*A Equidade Intergeracional no Trabalho em Portugal*").

O estudo demonstra que as novas gerações, apesar de serem as mais qualificadas de sempre na história do país, enfrentam barreiras severas de progressão salarial.

A forte compressão provocada pelo salário mínimo atua como um teto invisível, empurrando os jovens profissionais qualificados para o início da tabela salarial nacional, o que justifica as taxas alarmantes de emigração jovem.

"Quando o salário mínimo cresce muito acima da produtividade, ele destrona o salário médio e o mediano, transformando uma remuneração de inserção numa remuneração de destino. O resultado não é a erradicação da pobreza, mas sim o empobrecimento coletivo por via da perda de competitividade e da desvalorização do capital humano."

As evidências científicas e estatísticas reunidas pelo INE, Banco de Portugal, Eurofound e ensaios académicos recentes convergem numa lógica inequívoca: a fixação de salários por via puramente político-administrativa tem limites estritos.

A aproximação galopante do salário mínimo ao salário mediano em Portugal gerou uma economia de baixa diferenciação.

Sem políticas públicas focadas no desagravamento fiscal das empresas, na atração de investimento de alto valor acrescentado e no estímulo real à produtividade, o país arrisca consolidar um modelo de subsistência laboral, onde a classe média desaparece e o empobrecimento se torna um traço estrutural, uniformizado pela bitola do rendimento mínimo garantido.

Hugo Santos Mantas, Advogado RL
15 Junho 2026